

21 JAN 1995

Equilíbrio progressivo *Clon - Brand*

ESTADO DE SÃO PAULO

O presidente do Banco Central, Pêrsio Arida, está insistindo em que a verdadeira âncora não é a cambial, mas a fiscal. Se o governo está no forte propósito de impedir a acumulação de um déficit das contas correntes no balanço de pagamentos, não é menos firme quanto à definição de que tal descompasso só poderá ser contido se se conseguir um equilíbrio nas contas do Tesouro. Incumbe ao ministro do Planejamento zerar, a qualquer custo, o déficit. Ele iniciou essa tarefa com cortes no Orçamento de 1995, o qual, desta vez, foi sancionado no início do exercício. Mesmo assim, teve-se vultoso déficit, que terá de ser eliminado mediante reprogramação dos gastos ao longo do ano.

Sabe-se que José Serra se recusa a eliminar apenas o déficit de caixa, conforme ocorreu nos últimos anos, impedindo a liberação de recursos previstos. Ele deseja reabilitar a peça orçamentária para que a sociedade civil se convença de que as contas públicas estão em ordem. Mas, na sua primeira tentativa, tem de reconhecer que não pode atingir seu objetivo com um só tiro e que, somente ao correr do exercício, ao rever a cada trimestre o Orçamento, lhe será possível fazer coincidir a Lei de Meios com a execução financeira do Tesouro.

O Orçamento, com despesas de

R\$ 320 bilhões, mesmo depois de cortes de R\$ 3,2 bilhões, deixa um déficit potencial de R\$ 9,5 bilhões, valor que não permite assegurar um equilíbrio do qual depende o controle do déficit em contas correntes do balanço de pagamentos, e, na realidade, o único meio para cobrir a diferença entre receitas e despesas.

Cortar R\$ 3,2 bilhões não foi fácil para José Serra. Ele encontrou uma solução que, seguramente, não agradará aos congressistas, por ter eliminado as despesas previstas para dois ministérios extintos, o da Integração Regional e o do Bem-Estar Social. Foi nessas pastas que o Legislativo introduzia suas emendas para promover gastos eleitorais. Tais dispêndios representam uma economia de R\$ 1,7 bilhão. A procura desse tipo de gastos eliminou também R\$ 583 milhões do Ministério de Transportes com a prescrição, pouco comum entre nós, de concluir-se as obras em curso antes que outras se iniciem.

Mesmo depois dessa "operação-tesoura", subsistiu um déficit de R\$ 9,5 bilhões, totalmente inaceitável. Poder-se-ia, como solução, acrescentar às receitas as somas decorrentes da privatização (estas estimadas em R\$ 4,8 bilhões) e dos empréstimos externos (R\$ 4 bilhões). Sem falar que se trata de receitas ainda inseguras, levando-

se em conta os obstáculos que dificultam as vendas de estatais (no governo Itamar Franco surgiram claramente tais entraves) e a obtenção de empréstimos externos num mercado internacional abalado pela crise mexicana. Tal fórmula, condenada pelo FMI, não daria segurança aos agentes econômicos. Por outro lado, não podemos repetir o erro do México e da Argentina, que conseguiram equilibrar suas contas com receitas de privatização, que escondem a realidade orçamentária e não são renováveis...

As despesas com pessoal (R\$ 33 bilhões), apesar de representarem um aumento de 37,5% em relação a 1994 e de duplicarem, relativamente a 1992, não podem ser cortadas, limitando-se o governo a dizer que não poderá pagar integralmente o reajuste, decorrente de lei, de 22,07%, que implica um gasto suplementar de R\$ 5,3 bilhões, enquanto, no Orçamento, previram-se só para isso R\$ 3 bilhões. O Planalto conta, para reduzir seu déficit, com um aumento das receitas de R\$ 3 bilhões, bastante aleatório na medida em que depende da manutenção de uma ampliação da demanda, que pode-

rá resultar incompatível com a austeridade, e do êxito da luفا contra a sonegação.

José Serra espera reduzir os gastos com o serviço da dívida interna e com rolamento desta, o que só será exequível com um equilíbrio orçamentário e caso os recursos da privatização forem suficientes e dirigidos para redução dessa dívida. Na realidade, o ministro terá de conseguir novos cortes por meio de reprogramação, que pretende seja trimestral, dos gastos do Orçamento ainda previstos.

Sabe-se que será difícil atingir tal objetivo, diante das reações já provocadas por cortes muito

inferiores aos que deverão ocorrer. Na realidade, está-se frente a um desequilíbrio estrutural que somente uma profunda reformulação da Constituição poderá eliminar a partir do exercício de 1996.

Mas, conseguida, permitiria o recurso, neste exercício, a meios não-ortodoxos para eliminação de um déficit que põe em risco o Plano Real. Esperamos apenas que o ministro do Planejamento tenha sido pessimista na sua avaliação do déficit para 95 e que a bomba ora em funcionamento, possa ser desativada a tempo.

Com cortes insuficientes, o equilíbrio orçamentário só será obtido aos poucos